

Demonstrações Financeiras

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório dos auditores independentes

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração dos resultados dos exercícios	4
Demonstração dos resultados abrangentes.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados do
Instituto Minas Pela Paz - IMPP
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Minas Pela Paz - IMPP (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Minas Pela Paz - IMPP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.



Building a better
working world

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cláudia Gomes Pinheiro'.

Cláudia Gomes Pinheiro
Contadora CRC-1MG089076/O-0

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	399.625	623.527
Aplicações financeiras - valores vinculados	5	31.750	48.847
Outros ativos circulantes	6	12.457	24.160
		443.832	696.534
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	5.000	5.000
Investimento		24.019	-
Imobilizado	8	5.671	7.630
Intangível		113	191
		34.803	12.821
Total do ativo		478.635	709.355
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	19.495	16.957
Impostos e contribuições a recolher	10	10.319	9.950
Provisões trabalhistas e encargos sociais	11	119.584	120.576
Recursos de projetos	12	31.750	46.396
Outras contas a pagar		350	2.170
		181.498	196.049
Não circulante			
Provisões para riscos	13	-	20.000
		-	20.000
		181.498	216.049
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social		493.306	519.303
Déficit do exercício		(196.169)	(25.997)
		297.137	493.306
Total do passivo e patrimônio líquido		478.635	709.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais			
Contribuições de pessoas jurídicas	15	732.250	994.890
Receitas de gratuidades	15	296.266	150.388
Recursos de projetos	12	67.254	126.746
Outras receitas		35.820	41.077
		1.131.590	1.313.101
Despesas operacionais			
Despesas com projetos	16	(830.577)	(965.279)
Despesas administrativas	17	(556.301)	(445.242)
Despesas tributárias		(18.276)	(3.651)
		(1.405.154)	(1.414.172)
Déficit antes do resultado financeiro		(273.564)	(101.071)
Resultado financeiro, líquido	18	77.395	75.074
Déficit líquido do exercício		(196.169)	(25.997)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Déficit líquido do exercício	(196.169)	(25.997)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(196.169)</u>	<u>(25.997)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Déficit (superávit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	434.817	84.486	519.303
Absorção do superávit	84.486	(84.486)	-
Déficit líquido do exercício	-	(25.997)	(25.997)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	519.303	(25.997)	493.306
Absorção de déficit	(25.997)	25.997	-
Déficit líquido do exercício	-	(196.169)	(196.169)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	493.306	(196.169)	297.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit líquido do exercício	(196.169)	(25.997)
Ajustes para reconciliar o déficit líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.037	3.109
(Reversão) constituição de provisões para riscos	(20.000)	20.000
	(214.132)	(2.888)
Varição dos ativos e passivos operacionais:		
(Redução) aumento em outros ativos circulantes	11.703	(8.648)
Aumento em depósitos judiciais	-	(5.000)
Aumento em fornecedores	2.538	12.307
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	369	(8.692)
(Redução) aumento em provisões trabalhistas e encargos sociais	(992)	38.361
Redução em recursos de projetos	(14.646)	(111.369)
Redução em outras contas a pagar	(1.820)	(11.273)
	(2.848)	(94.314)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(216.980)	(97.202)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Redução em aplicações financeiras - valores vinculados	17.097	108.918
Aumento de investimentos	(24.019)	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimento	(6.922)	108.918
	(223.902)	11.716
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(223.902)	11.716
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	623.527	611.811
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	399.625	623.527
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(223.902)	11.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto Minas Pela Paz (“Instituto” ou “IMPP”) sediado em Belo Horizonte, Minas Gerais, constituído em 2 de fevereiro de 2007, iniciou suas operações em 5 de março de 2007. É uma associação de assistência social de direito privado, de fins não econômicos, criado por iniciativa de empresas e entidades de grande renome e atuação no cenário econômico nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi aprovado pela Secretaria Nacional de Justiça o processo que regulamenta o IMPP como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na esfera federal. Tornando-se uma OSCIP, o Instituto está apto a estabelecer termos de parcerias com o poder público e o controle social é feito através de uma contínua prestação de contas.

O Instituto tem por finalidade promover a cultura de paz, por meio da inclusão social, em vista da transformação da vida de pessoas socialmente vulneráveis. Para cumprimento de suas finalidades, o Instituto observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e pode desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Formular, propor e acompanhar, junto à sociedade civil, programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade;
- Desenvolver iniciativas que visem a aumentar a eficácia dos agentes de controle da violência e a confiabilidade nas instituições de Segurança Pública e Justiça, incluindo também, entre estas, o desenvolvimento de programas para a melhoria do desempenho dos recursos responsáveis pela redução da violência e da criminalidade;
- Promover ações para diminuir a criminalidade e recuperar a dignidade e civilidade dos cidadãos;
- Realizar serviços de apoio à execução e supervisão do trabalho, bem como à capacitação institucional e dos quadros funcionais, nas entidades incumbidas de elaborar e executar políticas públicas especialmente ligadas à prevenção da criminalidade e ao combate à violência;
- Colaborar na articulação dos entes políticos para a disseminação de dados e troca de experiências;

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- Atuar em projetos de cooperação técnica e institucional nos planos nacional e internacional, nas áreas de sua especialidade;
- Articular, apoiar e disseminar as ações de entidades que já tenham programas na área de prevenção da violência;
- Promover outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais;
- Promover a assistência social através da integração ao mercado de trabalho;
- Promover projetos educacionais, culturais e esportivos;
- Produzir e comercializar produtos alusivos à marca do IMPP, inclusive em parceria com outras organizações, e aos projetos desenvolvidos pelo IMPP; e
- Prestar serviços a terceiros, inclusive de ensino, pesquisa, consultoria, projetos, desenvolvimento de produtos e programas, assessorias, contratação e intermediação de pessoal e serviços especializados.

O IMPP adota práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual e coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência de participação nas suas atividades.

Seus fundadores e contribuintes colaboram de forma efetiva visando o cumprimento dos objetivos do IMPP, mediante contribuições financeiras para o desenvolvimento de projetos específicos e para a manutenção das atividades operacionais do IMPP, bem como mediante contribuição de conhecimento técnico na consecução de tais projetos.

Por não distribuir os superávits apurados (os quais são aplicados integralmente em suas atividades), não remunerar os membros de seus conselhos e cumprir outros aspectos requeridos na legislação, o Instituto é imune a impostos federais, estaduais e municipais sobre as suas operações, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Instituto na sua gestão.

Base de elaboração

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

A divulgação das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal em 24 de março de 2017.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Instituto são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que corresponde à moeda de apresentação do Instituto.

Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2016

As normas e alterações que se aplicam pela primeira vez em 2016, conforme descritas abaixo, não trouxeram efeitos às demonstrações financeiras do Instituto.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IAS 19 - Benefícios aos Empregados; Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2016

O pronunciamento contábil “CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros” foi publicado, mas ainda não tem adoção obrigatória, dessa forma, não foi aplicado antecipadamente pela Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O Instituto está avaliando o impacto do CPC 48 e planeja adotá-lo na data de entrada em vigor.

A alteração nas normas internacionais, “IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa”, foi divulgada pelo IASB, porém ainda não referendadas pelo CPC, portanto não existe a possibilidade de adoção antecipada pela Sociedade, uma vez que a mesma somente é permitida para as demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Sociedade está analisando os impactos das alterações no referido pronunciamento contábil para aplicação imediata após a divulgação pelo CPC.

O Instituto não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras advindos de outros pronunciamentos emitidos ou alterados e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas são como segue:

2.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e recebíveis, conforme a situação. O Instituto determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Instituto incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos judiciais.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.1. Ativos financeiros--Continuação

O Instituto avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

2.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. O Instituto determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros do Instituto referem-se aos fornecedores.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. A depreciação é calculada pelo método linear e a vida útil estimada do imobilizado para os exercícios de 2016 e 2015 é demonstrada em anos na tabela abaixo:

Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.4. Reconhecimento de receita

As receitas de doações e contribuições para custeio são reconhecidas quando da emissão de nota de débito ou da comunicação dos doadores, conforme o caso, sendo apropriadas, em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificáveis.

Receita de juros

A receita de juros de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Instituto e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.5. Apurações do superávit do exercício

As contribuições recebidas em espécie para custeio dos projetos são reconhecidas pelo regime de caixa, já que, por não representarem um compromisso por parte das empresas e fundações que as realizam, seu reconhecimento ocorre quando do recebimento pelo Instituto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para os projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da Administração.

Os recursos de projetos são apropriados mensalmente ao resultado do exercício e de acordo com o regime de competência, calculados pelo percentual da execução de cada projeto, com base na relação existente entre o custo orçado e custo incorrido.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Instituto, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, o Instituto avalia ao fim de cada período se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e o montante é reconhecido imediatamente no resultado.

Durante o exercício corrente, o Instituto julgou não haver evidências de desvalorização que possam comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos.

ii) Orçamento contratual

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.5, os recursos de projetos são apropriados ao resultado do exercício com base no percentual de execução, calculados com base na relação percentual entre o custo incorrido e o custo orçado. Esses orçamentos de custos são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração do Instituto dos custos necessários a serem incorridos na execução dos projetos.

iii) Vida útil dos bens do imobilizado

O Instituto revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

iv) Provisões para riscos

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

iv) Provisões para riscos--Continuação

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões para riscos são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos		
Caixa	1.500	1.000
Bancos (i)	27.393	67.660
<i>Subtotal - caixa e bancos</i>	28.893	68.660
Aplicação financeira (ii)	370.732	554.867
Total	399.625	623.527

(i) Há um saldo de R\$283 em 2016 (R\$4.840 em 2015) de recursos de projetos em conta corrente.

(ii) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

5. Aplicações financeiras - valores vinculados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicação financeira Projeto Novos Horizontes (i)	-	48.847
Aplicação financeira Projeto Superando Fronteiras (ii)	31.750	-
Total	31.750	48.847

(i) Refere-se a recursos repassados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais aplicado no Projeto Novos Horizontes. O projeto foi realizado no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP) de agosto de 2015 a abril de 2016.

(ii) Refere-se a recursos repassados pela Fundação Avsi que, enquanto não foram utilizadas pelo Instituto, estão aplicados em conta específica diretamente vinculada à realização do referido projeto.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros ativos circulantes

	2016	2015
Adiantamento de férias	12.457	23.393
Outros	-	767
Total	12.457	24.160

7. Depósitos judiciais

Referem-se basicamente a questionamentos judiciais de ordem trabalhista. Quando aplicável, os passivos correspondentes a estas causas estão provisionados na rubrica "Provisões para riscos", no passivo não circulante. Em setembro de 2015 foi feito um depósito judicial no valor de R\$5.000 referente ao processo trabalhista 0010755-07.2015.5.03.0113. Em novembro de 2016, o Instituto ganhou a causa e está aguardando a expedição do alvará para levantamento do valor que será depositado a favor do IMPP.

8. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

2016	Equipamentos de informática	Moveis e utensílios	Total
Custos			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.808	10.050	32.858
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.808	10.050	32.858
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(20.572)	(4.656)	(25.228)
Adição	(954)	(1.005)	(1.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.526)	(5.661)	(27.187)
Valor residual líquido em 31 de dezembro 2016	1.282	4.389	5.671
2015	Equipamentos de informática	Moveis e utensílios	Total
Custos			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.808	10.050	32.858
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.808	10.050	32.858
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(18.659)	(3.651)	(22.310)
Adição	(1.913)	(1.005)	(2.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(20.572)	(4.656)	(25.228)
Valor residual líquido em 31 de dezembro 2015	2.236	5.394	7.630

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	2016	2015
A&C Centro de Contatos S/A	7.554	7.004
Actio Engenharia Consultiva Ltda. ME	3.546	-
Bandeirante Gráfica Digital Ltda.	1.680	-
Claro S/A	125	162
Melt Comunicação Ltda. - ME	2.895	-
Itau Seguros S/A	-	255
OI Móvel S/A	466	921
Rede comunicação Empresarial Ltda. - ME	-	4.396
Unimed Belo Horizonte	3.090	3.668
Outros	139	551
Total	19.495	16.957

10. Impostos e contribuições a recolher

Referem-se a encargos sociais e impostos a recolher retidos na contratação de serviços de terceiros, bem como outros como segue:

	2016	2015
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	7.989	5.946
ISS retido	685	491
PIS sobre salários	748	739
PIS/COFINS/CSLL - terceiros	382	-
IRRF - terceiros	290	352
COFINS	225	2.422
Total	10.319	9.950

11. Provisões trabalhistas e encargos sociais

	2016	2015
INSS	17.797	14.556
FGTS	4.743	4.528
IRRF sobre folha de pagamento	10.562	11.604
Provisão de férias	86.482	89.888
Total	119.584	120.576

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Recursos de projetos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita a apropriar:		
Projeto Novos Horizontes (i)	-	46.396
Projeto Superando Fronteiras (ii)	31.750	-
Total	31.750	46.396
Receita contabilizada:		
Projeto Acervos Museológicos	-	14.439
Projeto Além dos Muros	-	17.375
Projeto Novos Horizontes (i)	32.597	94.932
Projeto Superando Fronteiras (ii)	34.657	-
Total	67.254	126.746

(i) Projeto Novos Horizontes

O "Novos Horizontes, Novas Oportunidades" foi um projeto de ressocialização no meio prisional, selecionado pela Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para uso de penas pecuniárias de Belo Horizonte. O projeto foi realizado no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP) de agosto de 2015 a abril de 2016. Seu objetivo foi preparar as mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto para o processo de inclusão social e geração de renda, e, para isso foram ministrados cursos de formação humana e profissional, com foco no empreendedorismo.

A etapa de cursos durou 60 horas/aula por turma e foi coordenada pelo IMPP e ministrada pelo Centro de Educação para o Trabalho Virgílio Resi e pela AVSI Brasil. Com a orientação de profissionais especializados, as participantes criaram um plano de desenvolvimento de vida (PDV), resgatando as vivências passadas e projetando cenários futuros. Foram capacitadas três turmas, certificando 52 pessoas.

Em 2015, o Instituto recebeu o montante de R\$138.480 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sendo aplicado no exercício de 2016 o montante de R\$32.597, R\$94.932 em 2015, sendo que foi devolvido ao TJMG o valor de R\$15.330 (esse projeto obteve uma receita financeira de R\$4.379 ao longo do período).

(ii) Projeto Superando Fronteiras

O projeto Superando Fronteiras está sendo realizado com o financiamento da União Europeia, a partir do Instrumento Europeu de Promoção a Democracia e Direitos Humanos (IEDDH), executado por meio da parceria entre a AVSI, IMPP e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) e conta com o apoio dos Tribunais de Justiça, Secretarias de Segurança Pública, de Defesa Social e de Administração Penitenciária dos estados envolvidos, além do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

Tem como objetivo geral a promoção dos direitos humanos da população carcerária, fortalecendo a participação política e o diálogo com os defensores dos direitos humanos, envolvendo a sociedade civil, bem como atores nacionais e internacionais, públicos e privados.

Em 2016, o Instituto recebeu da Fundação AVSI Brasil o valor de R\$63.000, sendo gasto no exercício o montante de R\$34.657 (esse projeto obteve uma receita financeira de R\$3.407 ao longo do exercício).

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisões para riscos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	-	20.000
Total	<u>-</u>	<u>20.000</u>

A movimentação das provisões para riscos é demonstrada a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhista	20.000	-	(20.000)	-
Total	<u>20.000</u>	<u>-</u>	<u>(20.000)</u>	<u>-</u>

O IMPP foi parte em processos trabalhistas nas esferas administrativa e judiciária, oriundos do curso normal de suas operações.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais internos e externos, constituiu provisões para riscos para aqueles processos em que a probabilidade de perda foi considerada provável.

Em 2016, a execução do processo trabalhista 0010755-07.2015.5.03.0113 foi integralmente garantida a favor do Instituto e a provisão da causa foi revertida.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o IMPP não possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível.

Os assessores jurídicos do Instituto acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

14. Patrimônio líquido

As contribuições recebidas pelo IMPP são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais mencionados na Nota Explicativa nº 1, bem como nos gastos despendidos em bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

O valor do déficit do exercício é registrado nessa rubrica e transferido para a conta patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Fiscal.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas operacionais

a) Contribuições de pessoas jurídicas

A arrecadação de fundos para gerir as ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais e outros que visem a estes objetivos, é oriunda de empresas do setor privado e de entidades que possuem ligação com o IMPP, como demonstrado a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A&C Centro de Contatos S/A	23.000	23.000
Asamar S/A (Alesat Combustíveis S/A)	11.500	23.000
Agtelecom Participações S/A	-	11.500
Algar S.A. Empreendimentos e Participações	23.000	23.000
Andrade Gutierrez Telecomunicações S.A.	-	11.500
Anglo Gold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	23.000	23.000
Arcelor Mittal Brasil S.A.	23.000	23.000
Automax Comercial Ltda.	-	23.000
Banco BMG S.A.	23.000	23.000
Banco Mercantil do Brasil S/A	23.000	23.000
Betania Tanure Associados	5.000	-
Celulose Nipo Brasileira S.A. - Cenibra	23.000	23.000
Cemig Distribuição S/A	23.000	23.000
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.	11.500	23.000
Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração	23.000	23.000
Coop.Central dos Produtos Rurais de MG Ltda.- Itambé	23.000	23.000
Elba Equipamentos e Serviços S/A	-	23.000
Expresso Nepomuceno S/A	23.000	23.000
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	193.200	276.000
FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda.	23.000	23.000
Gerdau Aço Minas S.A.	23.000	23.000
Gilson Antônio Soier Promoções e Eventos	-	20.840
Hospital Mater Dei S.A.	23.000	23.000
Líder Táxi Aéreo S.A.	20.000	11.500
Instituto MRV	23.000	23.000
Petronas Lubrificantes Brasil	23.000	23.000
Reta Engenharia Ltda.	5.750	5.750
Samarco Mineração S.A.	23.000	23.000
Sicepot MG	11.500	-
Tracbel S/A	-	23.000
TRW Automotive Ltda.	-	23.000
TSC Garanhuns Shopping	-	23.000
Túlio Lopes Arquitetura	2.300	2.300
Unimed BH - Instituto de Trabalho Médico	23.000	23.000
UTC Engenharia S/A	11.500	11.500
Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil	23.000	23.000
Vallourec Tubos do Brasil S/A	23.000	23.000
Vix Logística S/A	-	23.000
Total	<u>732.250</u>	<u>994.890</u>

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas operacionais--Continuação

b) Receitas de gratuidades

Referem-se a serviços prestados de assessoria contábil e jurídica, auditoria das demonstrações financeiras e serviços de publicidade, serviços de projeto e serviços estruturais, sem cobrança de honorários, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FCA Fiat Chrysler Participações do Brasil Ltda.	137.821	129.313
Ernst & Young Auditores Independentes S.S.	18.330	15.000
Leo Burnet Publicidade Ltda.	108.854	6.075
Instituto MRV	7.319	-
Sistema FIEMG	23.942	-
Total	296.266	150.388

16. Despesas com projetos

Descrição por projeto social

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Acervos Museológicos	-	(16.809)
Projeto 181 - Disque Denúncia (i)	(292.896)	(256.312)
Projeto Regresso (ii)	(172.544)	(197.329)
Projeto Além dos Muros	-	(1.042)
Projeto Esporte (iii)	(106.741)	(124.832)
Projeto Trampolim (iv)	(84.857)	(85.271)
Plano de comunicação (v)	(87.538)	(153.106)
Projeto Novos Horizontes (vi)	(32.597)	(94.932)
Evento Mineirão	-	(35.646)
Novos projetos (vii)	(18.747)	-
Projeto Superando Fronteiras (viii)	(34.657)	-
	(830.577)	(965.279)
De recurso de projetos	(67.254)	(126.746)
De recurso próprio	(763.323)	(838.533)
Total	(830.577)	(965.279)

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

(i) Projeto 181

Disque Denúncia: serviço unificado de recepção de denúncias com anonimato e sigilo absolutos que congrega a Secretaria de Estado de Defesa Social, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e a Sociedade Civil. Através do Disque Denúncia as corporações compartilham informações com o objetivo de melhorar seus serviços de inteligência. O Disque Denúncia consiste na operação de uma central única de recepção, processamento e resposta de denúncias de crimes sinistros, que funciona através do tridígito 181.

(ii) Projeto Regresso

O Projeto Regresso surgiu após um longo estudo realizado pelo IMPP sobre o sistema prisional de Minas Gerais, que permitiu sugerir ao Governo de Minas uma subvenção econômica para incentivar a contratação de egressos do sistema prisional pelas empresas. Além de proporcionar a reinserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho e na sociedade o Projeto Regresso visa reduzir os índices de reincidência criminal, da criminalidade e consequente reentrada no sistema prisional. O Projeto Regresso foi transformado em programa e o mesmo incorporou o Projeto Recuperando, constituindo "Programa Regresso".

(iii) Projeto Esporte

A ser desenvolvido com recursos das leis de incentivo ao Esporte, o projeto Futebol Minas Pela Paz visa à melhoria da educação e da consciência cidadã através da prática esportiva. Voltado a crianças de 9 a 14 anos, meninos e meninas, residentes em áreas de vulnerabilidade social de Belo Horizonte, nesta primeira fase o projeto acontecerá em cinco campos de várzea. Uma estrutura modular será construída em cada um deles para abrigar a infraestrutura necessária aos três pilares do projeto: esportivo, educacional e de formação cidadã, a serem desenvolvidos com apoio de equipe profissional e de estudantes universitários, além de ONGs e instituições parceiras.

(iv) Projeto Trampolim

Tem como objetivo promover ações para inclusão social de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos, através da integração social e profissional.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

(v) Plano de Comunicação

O plano de comunicação do Instituto tem como objetivo desenvolver estratégias e ações para ampliar a relevância do IMPP, dando a ele a representatividade merecida por seu trabalho em prol da promoção da cultura de paz. Envolve ações específicas de relacionamento e comunicação social com as seguintes metas:

- Potencializar o relacionamento do IMPP com seus *stakeholders*;
- Captar novos parceiros; e
- Ser uma referência para a sociedade nos temas de defesa social e desenvolvimento social.

(vi) Projeto Novos Horizontes

Com execução no período de agosto de 2015 a abril de 2016, o projeto objetivou promover a cidadania das mulheres que estavam em cumprimento de pena restritiva de direitos no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto - PIEP, em Belo Horizonte, criando alternativas para inserção profissional e a preparação para o mercado de trabalho. Para desenvolvimento do “Projeto Novos Horizontes, novas oportunidades”, os parceiros implementam as ações de acordo com a aptidão apresentadas pelos mesmos no desenvolvimento de projetos em parceria. A metodologia adota quatro principais eixos de atuação:

- Formação ao empreendedorismo;
- Relacionamento interpessoal e trabalho;
- Mobilizações de empresas para inserção profissional de pré-egressas e egressas do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP);
- Sistematização do projeto Novos Horizontes, novas oportunidades.

(vii) Novos Projetos

As despesas nesse centro de custos dizem respeito às ações iniciais que ainda não se constituíram em um projeto, são elas:

- Realização de melhorias estruturais e estéticas nas dependências da APAC de Nova Lima através do Projeto Capricho;

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

(vii) Novos Projetos

- Trabalho voluntário de consultoria de gestão da Betânia Tanure Associados Ltda. nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, com o objetivo de melhorar e padronizar os processos administrativos e operacionais. As despesas custearam o transporte, a hospedagem e alimentação dos consultores;
- Custeio de atividades de divulgação da APAC de Itabira com transporte e alimentação de pessoas da comunidade, para conhecerem outras APACs e reduzir as resistências na implantação.

(viii) Projeto Superando Fronteiras

O projeto Superando Fronteiras tem como objetivo específico reforçar a atuação das APACs na defesa dos direitos humanos dos condenados, promovendo um salto de escala da experiência e da sua metodologia como política pública no Brasil.

O trabalho visa promover um salto de escala da disseminação da metodologia em cinco estados brasileiros: Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná e Rondônia e fortalecer a expansão das APACs. A FBAC terá o papel fundamental de garantir que os elementos da metodologia APAC sejam respeitados e mantidos, e de perenizar a instituição no país.

As despesas dos projetos por natureza são como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Acervos Museológicos		
Consultoria administrativa	-	(11.000)
Postagens, fotocópias e material escritório	-	(5.092)
Condução/transporte	-	(413)
Outras	-	(304)
Total	-	<u>(16.809)</u>

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas com projetos--Continuação

As despesas dos projetos por natureza são como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto 181 - Disque denúncia		
Custo com pessoal	(144.672)	(155.592)
Assessoria de comunicação e imprensa	(981)	(11.048)
Consultoria de informática	(94.429)	(85.325)
Telefone	(2.689)	(2.597)
Propaganda e publicidade	(49.000)	-
Outras	(1.125)	(1.750)
Total	<u>(292.896)</u>	<u>(256.312)</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Regresso		
Custo com pessoal	(142.317)	(132.266)
Gastos com veículos	(14.028)	(26.122)
Viagens e hospedagens	(4.785)	(10.333)
Assessoria de comunicação e imprensa	(767)	(11.048)
Telefone	(2.644)	(3.410)
Fotocópias	(1.692)	(1.666)
Condução	(3.027)	(7.548)
Alimentação	(2.336)	(3.354)
Outras	(948)	(1.582)
Total	<u>(172.544)</u>	<u>(197.329)</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Além dos Muros		
Viagens e hospedagens	-	-
Gastos com condução	-	(195)
Telefone	-	-
Gastos com veículos	-	(726)
Outras	-	(121)
Total	<u>-</u>	<u>(1.042)</u>

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas com projetos--Continuação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Esporte		
Custo com pessoal	(73.416)	(69.539)
Consultoria administrativa	(12.799)	(15.000)
Consultoria projetos	(12.500)	(32.200)
Telefone	(834)	(795)
Postagens, fotocópias material escritório	(1.226)	(1.001)
Condução	(1.276)	(2.173)
Viagens e hospedagens	(483)	(3.602)
Assessoria de comunicação e Imprensa	(767)	-
Outras	(3.440)	(522)
Total	<u>(106.741)</u>	<u>(124.832)</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Trampolim		
Custo com pessoal	(73.142)	(66.381)
Condução	(3.501)	(2.531)
Telefone	(1.889)	(1.843)
Assessoria de comunicação e imprensa	(767)	(11.048)
Eventos	(2.566)	(2.836)
Cursos, palestras	-	(180)
Revistas e publicidades	(2.200)	-
Outras	(792)	(452)
Total	<u>(84.857)</u>	<u>(85.271)</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Plano de Comunicação		
Custo com pessoal	(73.417)	(73.384)
Condução	(647)	(817)
Telefone	(834)	(795)
Assessoria de comunicação e imprensa	(767)	(11.048)
Produção	-	(21.540)
Consultoria	-	(9.750)
Postagens, fotocópias e materiais de escritório	-	(18.051)
Propaganda e publicidade	(725)	(8.650)
Eventos	-	(2.585)
Consultoria comercial e marketing	(9.000)	(2.950)
Outras	(2.148)	(3.536)
Total	<u>(87.538)</u>	<u>(153.106)</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Novos Horizontes		
Custo com pessoal	(18.604)	(18.009)
Consultoria projetos	(11.720)	(8.460)
Cursos	-	(65.800)
Telefone	-	(152)
Condução	(2.064)	(1.601)
Outras	(209)	(910)
Total	<u>(32.597)</u>	<u>(94.932)</u>

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas com projetos--Continuação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Evento Mineirão		
Prestação serviço	-	(28.884)
Brindes	-	(4.200)
Segurança e vigilância	-	(760)
Gastos com eventos	-	(1.802)
Total	-	(35.646)
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Novos Projetos		
Despesas com veículos	(5.548)	-
Telefone	(105)	-
Viagens e hospedagens	(5.225)	-
Despesas com taxi	(3.547)	-
Refeições	(1.095)	-
Projeto arquitetônico (APAC NL)	(2.525)	-
Outras	(702)	-
	(18.747)	-
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Superando Fronteiras		
Consultoria administrativa	(34.650)	-
Tarifa bancária	(7)	-
Total	(34.657)	-

17. Despesas administrativas

As despesas administrativas referem-se, principalmente, aos gastos necessários à manutenção da estrutura administrativa do Instituto, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo com pessoal	(192.823)	(203.838)
Encargos sociais	(51.467)	(48.049)
Reversão de provisões para riscos	20.000	-
Serviços de terceiros - gratuidades (Nota 15)	(296.266)	(150.388)
Consultoria administrativa e jurídica	(350)	-
Outros serviços de terceiros pessoas jurídicas	(953)	(3.217)
Postagens, fotocópias e materiais de escritório	(7.590)	(9.854)
Depreciação	(2.037)	(3.109)
Assessoria de comunicação e impressa	(1.078)	(12.650)
Eventos e feiras	(1.188)	(2.168)
Telefonia e internet	(6.184)	(2.736)
Condução/transporte	(4.306)	(4.193)
Alimentação e lanches	(1.784)	(1.447)
Viagens e hospedagens	(3.790)	(1.425)
Outros	(6.485)	(2.168)
Total	(556.301)	(445.242)

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro, líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	80.094	77.401
Outros	35	189
	80.129	77.590
Despesas financeiras:		
Juros e multa de mora	(1.494)	(967)
Despesas bancárias	(389)	(1.327)
IOF	(476)	(222)
Outros	(375)	-
	(2.734)	(2.516)
Resultado financeiro, líquido	77.395	75.074

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Gerenciamento de riscos

Risco financeiro

As atividades do Instituto o expõem aos riscos financeiros de crédito e liquidez. A gestão de risco do IMPP se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Instituto não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos especulativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Instituto não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do IMPP é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

19.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito, incluindo títulos e créditos a receber das entidades mantenedoras, ou seja, decorrem da possibilidade do Instituto sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o IMPP acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

19.2. Instrumentos financeiros

O Instituto realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos de taxas de juros. Os instrumentos financeiros do IMPP encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas comparadas àquelas vigentes no mercado.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2016	2015
Ativos financeiros		
Caixa	1.500	1.000
Bancos	27.393	67.660
Aplicação financeira	370.732	554.867
Aplicações financeiras - valores vinculados	31.750	48.847
Depósitos judiciais	5.000	5.000
Passivos financeiros		
Fornecedores	19.495	16.957

O Instituto não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho deliberativo

Cledorvino Belini (Presidente)
Olavo Machado Júnior (Vice-presidente)
Luiz Alberto Garcia
Francisco Sérgio Soares Cavaliere
Hélcio Roberto Martins Guerra
Otavio Marques de Azevedo
Jefferson de Paula
Rubens Menin Teixeira de Souza
Aguinaldo Diniz Filho
Paulo Eduardo Rocha Brant
Manoel Vitor de Mendonça Filho
Roberto Lúcio Nunes de Carvalho
Alexandre de Campos Lyra

Diretoria

Marco Antônio Lage (Diretor Coordenador)
Jedaías Jorge Salum (Diretor Vice-Coordenador)
Othon de Villefort Maia (Diretor)
Francisco de Assis Lafetá Couto (Diretor)
Rosângela Laurentina dos Santos Coelho (Diretora)

Suplência da diretoria

Leonardo Gloor (Suplente da Diretoria)
Alberto Wanderley Camisassa (Suplente da Diretoria)

Conselho fiscal

Denis Kleber Gomide Leite (Conselheiro Fiscal)
Gilson de Oliveira Carvalho (Conselheiro Fiscal)
Claudio Marcassa (Conselheiro Fiscal)

Suplência do conselho fiscal

Raphael Rocha Lafetá (Suplente Cons. Fiscal)
Paulo Ernesto Moraes (Suplente Cons. Fiscal)
Ivan Henrique Gonçalves (Suplente Cons. Fiscal)

Responsável técnico

Marcelo de Menezes Vieira - Contador - CRCMG 071724/O-1